

Estado Islâmico, imigração e o fenômeno das escravas sexuais

Júlia Battistuzzi Penachioni¹

Resumo: O presente artigo busca fazer uma breve análise acerca do autodenominado grupo “Estado Islâmico”, suas origens, práticas e as consequências de seus atos para o mundo, com destaque para o aumento do fluxo de imigração na Europa. Além disso, almeja retratar o fenômeno das escravas sexuais, mulheres que foram raptadas de seus lares e transformadas em objetos que são comercializados entre os combatentes. No entanto, existem ainda grupos de resistência como o grupo *Force of the Sun Ladies* que lutam para proteger seu povo e trazer as mulheres raptadas para casa. Por fim, é feito um debate acerca da jurisdição internacional sobre o grupo, principalmente por parte do TPI, tendo em vista que foram cometidos crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, sobretudo contra a minoria *yazidi* no Iraque.

Palavras-chave: Estado Islâmico; imigração; escravas sexuais; TPI.

Abstract: This article seeks to make a brief analysis about the self-called group “Islamic State”, its origins, practices and the consequences of their actions to the world, especially the increase in the flow of immigration in Europe. Also, it aims to portray the phenomenon of sex slaves, women who were abducted from their homes and turned into objects that are traded between the combatants. However, there is still resistance groups such as the “Force of the Sun Ladies” fighting to protect their people and bring the abducted women home. Finally, a discussion is made about the international jurisdiction over the group, mainly by the ICC, given that crimes such as genocide, war crimes and crimes against humanity were committed, especially against the Yazidi minority in Iraq.

Keywords: Islamic State; immigration; sex slaves; ICC.

¹ Internacionalista, mestranda em Ciências Sociais (Política) pela PUC SP, bolsista CAPES.
E-mail: julia.penachioni@gmail.com

Introdução

O grupo terrorista autodenominado Estado Islâmico (EI) vem chamando a atenção do mundo pelas diversas atrocidades que tem cometido. O islamismo radical, no entanto, não é um fenômeno novo, mas foi a partir do século XX que uma nova geração de jihadistas surgiu, com destaque para a Al-Qaeda. Esse “novo jihadismo” deve-se também à “Guerra ao Terror” promovida pelos EUA, que resultou no cenário perfeito para a ascensão desses grupos. O Estado Islâmico começa como uma ramificação da Al-Qaeda no Iraque, e vai ganhar destaque a partir de 2014, quando começou a transformar a política do Oriente Médio.

Ataques às comunidades religiosas na Síria e no Iraque, a imposição do Islã segundo seu entendimento, tortura, assassinato, intolerância, são apenas algumas das atividades do grupo. O terror que o EI gera tem causado consequências diversas para o mundo, como o aumento no fluxo migratório: apenas em 2015, cerca de 1.2 milhões de pessoas pediram asilo na Europa, a maioria nacionais da Síria. Pessoas se arriscam pelo mar, nas mãos de traficantes de pessoas, para fugir, mas nem todos têm essa possibilidade. Centenas de mulheres, principalmente da minoria yazidi, foram raptadas pelo EI e transformadas em escravas sexuais. Essas mulheres são vendidas, abusadas e aprisionadas, gerando um comércio que atinge até a internet entre os combatentes e “simpatizantes” do Estado Islâmico.

Mesmo com tanta intimidação, existe resistência e não é exclusiva de combatentes homens. Guerrilhas formadas por mulheres, como as curdas *YPJ* (Unidade de Proteção às Mulheres) e a *Force of the Sun Ladies* (composta por mulheres yazidis que fugiram do EI) lutam bravamente para proteger seu povo e trazer de volta as mulheres e meninas raptadas que são usadas como escravas sexuais. Tendo em vista esse cenário, há uma jurisdição internacional para julgar os crimes de genocídio, de guerra e contra a humanidade perpetrados pelo Estado Islâmico?

Existe um debate acerca do Tribunal Penal Internacional (TPI, Tribunal) exercer jurisdição sobre os combatentes do EI, mas que devido a diversas razões que são discutidas nesse artigo, ainda não tomou nenhuma providência. Finalmente, contudo, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que o Estado Islâmico cometeu e tem cometido genocídio contra a minoria yazidi. Esse reconhecimento representa um primeiro passo para que o Conselho de Segurança da ONU encaminhe o caso ao TPI, mas isso depende sobretudo da concordância de Estados que nem fazem parte do Estatuto de Roma.

As origens do Estado Islâmico

Ao entrar em colapso, tendo em vista sua derrota na Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano foi dividido pelo Ocidente por esferas de influência, ficando sob o controle da França e da Inglaterra. Segundo Feldman (2008), o novo governo turco aboliu o califado e “de forma simbólica e em termos práticos, o Estado Islâmico morreu em 1924” (FELDMAN, 2008, p.2, tradução nossa). No entanto, ressurgiu anos depois, tendo um alcance surpreendente:

Its reach is not limited to fascinating anomalies like Saudi Arabia, which claims to adhere to the ancient Islamic constitution in its purest form. By revolution, as in Iran, or by constitutional referendum, as in Iraq and Afghanistan, governments in majority Muslim countries are increasingly declaring themselves Islamic. Their new constitutional regimes replace secular arrangements adopted over the last century with government based in some way on the shari‘a². The trend is with them. In Muslim countries running the geographical span from Morocco to Indonesia, substantial majorities say that the shari‘a should be a source of law for their states; and in important and populous countries like Egypt and Pakistan, large majorities say that Islamic law should be the *only* source of legislation. Wherever democratic elections are held in Muslim countries, large numbers of citizens vote for shari‘a-oriented political parties that are best characterized as Islamist. The programs of these parties differ little from place to place. They embrace democratic elections and basic rights. They promise economic reform, an end to corruption, and above all, the adoption of the shari‘a as a source or the source of law (Ibidem, p. 2-3).

O islamismo radical não é um fenômeno novo, ele vem se desenvolvendo desde 1928 quando a “Irmandade Muçulmana” (Al Ikhwan al-Muslimun) foi criada no Cairo como uma reação ao estabelecimento do novo governo turco e ao extermínio do califado. A “Irmandade” foi o berço de diversos grupos terroristas, tendo por objetivo inicial construir uma reforma moral e espiritual, tornando-se “a mais importante organização político-integrista do mundo” (MILMAN, 2004, p.1). Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, a Irmandade já era um grupo expressivo no Egito e lutara contra o colonialismo britânico e francês, com o objetivo de “libertar a pátria islâmica do controle dos estrangeiros e infiéis (*kafir*) e estabelecer um estado islâmico unificado” (Ibidem).

Pode-se resumir sua doutrina pelos seguintes pontos:

[...] rejeição ao colonialismo e aos valores ocidentais, retorno à pureza do Islã, sacrifício extremo pela causa, assistencialismo islâmico, tomada do

² Shari‘a diz respeito a um conjunto de leis da fé islâmica, que engloba o Alcorão, a Suna e os costumes e tradições antigos.

poder político por meios revolucionários, refundação do califado unificado no mundo muçulmano, sob a autoridade exclusiva do Corão e abolição de todas as instituições implantadas no mundo islâmico pelo Ocidente, com a consequente extinção dos estados árabes tais como existem, além da eliminação de Israel (MILMAN, 2004, p.1).

É importante frisar que existe uma diferença constitucional entre o islamismo moderno e o clássico. Feldman (2008) classifica o islamismo clássico como uma ordem que surgiu a partir do desenvolvimento e da relação entre as instituições de base familiar, tradicional e dos costumes; “sua estrutura era orgânica, e sua relação com o Estado, simbiótica” (Ibidem, p. 106, tradução nossa). Por outro lado, o islamismo moderno é um produto do século XX, em seu sentido mais distinto:

Like communism, socialism, and nationalism, Islamism as a movement seeks to capture the reins of the existing state and then to transform society through a program of principles and laws capable of being implemented by decree. As an ideological movement, Islamism boasts of its capacity to create something new and pure—the fulfillment of an abstract ideal whose content may be found in written books, not in the collective wisdom and knowledge of a particular social class. And like the other prominent ideologies of the twentieth century, Islamism is fiercely egalitarian (FELDMAN, 2008, p. 106).

Dentro dessa linha do islamismo moderno, não se pode deixar de citar Sayyid Qutb, pensador egípcio considerado responsável por trazer o Salafismo para o século XX, o que resultou numa nova geração de militantes jihadistas, inclusive a ascensão do grupo al-Qaeda. Osama Bin Laden, íntimo de Qutb, considerava-o “o filósofo da revolução islâmica” e “a fonte de todo o pensamento jihadista” (MUIR, 2016).

Foi no Afeganistão que as maiores figuras no “novo jihadismo” apareceram; após a queda na União Soviética em 1989, que ocupava o país há dez anos - período em que a Al-Qaeda emergiu – puderam expandir a jibab, já que o Afeganistão forneceu a base perfeita para isso. Quando o Talibã assumiu, consolidou-se uma parceria com Osama Bin Laden e foi a partir daí que a Al-Qaeda atacou os EUA no atentado de 11 de setembro de 2001 (Ibidem).

A “Guerra ao Terror” do governo dos EUA no Iraque foi fundamental para a criação de um ambiente de selvageria e de um Estado imerso em caos, exatamente o que os salafistas jihadistas precisavam. O movimento do Estado Islâmico começou como uma ramificação da Al-Qaeda no Iraque, que se desenvolveu como “Estado Islâmico no Iraque” (ISI), um movimento que uniu aquela ramificação da Al-Qaeda com outras facções insurgentes. Em 2010, o exército EUA-Iraque matou os líderes tanto da Al-Qaeda

quando do ISI, que foram substituídos por um único homem: Abu Bakr al-Baghdadi, que seis anos depois seria proclamado Califa Ibrahim, comandante e líder do recém declarado “Estado Islâmico” (MUIR, 2016).

Foi em 2014, por fim, que o Estado Islâmico transformou a política do Oriente Médio:

Jihadi fighters combined religious fanaticism and military expertise to win spectacular and unexpected victories against Iraqi, Syrian, and Kurdish forces. ISIS came to dominate the Sunni opposition to the governments in Iraq and Syria as it spread everywhere from Iraq’s border with Iran to Iraqi Kurdistan and the outskirts of Aleppo, the largest city in Syria. During this rapid rise ISIS acted as though intoxicated by its own triumphs. It did not care about the lengthening list of its enemies, bringing together longtime rivals like the US and Iran by a common fear of the fundamentalists. Saudi Arabia and the Sunni monarchies of the Gulf joined in US air attacks on ISIS in Syria because they felt this group posed a greater threat to their own survival and the political status quo in the Middle East than anything they had seen since Saddam Hussein invaded Kuwait in 1990 (COCKBURN, 2015, p. 1).

As diversas comunidades presentes no Iraque e na Síria (xiitas, sunitas, curdos, alawitas e cristãos) foram basicamente desintegradas pelo ataque do Estado Islâmico na região. Sua ação consiste em forçar sua interpretação do islã sobre as pessoas, e aqueles considerados apóstatas, politeístas ou que de qualquer forma são contra suas regras, são mortos ou obrigados a deixar seu país (Ibidem). De acordo com Cockburn (2015), os líderes do EI são um produto da guerra de uma década no Iraque e na Síria, com táticas militares de atentado suicida e de violência pública para causar horror e medo.

Quando o grupo se auto intitulou “Estado Islâmico” e estabeleceu um califado, seu líder, Ibrahim, convocou o mundo islâmico a apoiá-lo. E ainda, “by declaring a caliphate and adopting the generic “Islamic State” title, the organisation was clearly setting its sights far beyond Syria and Iraq. It was going global” (MUIR, 2016, p.1).

Imigração

Como previsto, o Estado Islâmico começou a ter um alcance global e a interferir no mundo das mais diversas formas, e o fomento do processo de imigração é uma delas. Segundo a Comissão Europeia Eurostat de Estatísticas, houve um recorde de pedidos de asilo para países europeus em 2015. Mais de 1.2 milhões de pedidos foram registrados, e não é surpresa que nacionais de três países são os que mais requereram asilo: Síria, Afeganistão e Iraque.

Tabela 1: Requerentes de asilo por país de cidadania em 2015

	Applicants	Three main citizenships of first time asylum applicants								
	#	First citizenship	#	%	Second citizenship	#	%	Third citizenship	#	%
EU	1 255 640	Syria	362 775	29	Afghanistan	178 230	14	Iraq	121 535	10
Belgium	38 990	Syria	10 295	26	Iraq	9 215	24	Afghanistan	7 730	20
Bulgaria	20 165	Iraq	6 910	34	Afghanistan	6 165	31	Syria	5 955	30
Czech Republic	1 235	Ukraine	565	46	Syria	130	11	Cuba	125	10
Denmark	20 825	Syria	8 580	41	Iran	2 745	13	Afghanistan	2 215	11
Germany	441 800	Syria	158 655	36	Albania	53 805	12	Kosovo*	33 425	8
Estonia	225	Ukraine	95	42	Iraq	15	7	Syria	15	7
Ireland	3 270	Pakistan	1 350	41	Bangladesh	285	9	Albania	215	7
Greece	11 370	Syria	3 325	29	Afghanistan	1 545	14	Pakistan	1 505	13
Spain	14 600	Syria	5 720	39	Ukraine	3 340	23	Palestine	765	5
France	70 570	Sudan	5 315	8	Syria	4 625	7	Kosovo*	3 825	5
Croatia	140	Syria	25	18	Kosovo*	10	7	Afghanistan	10	7
Italy	83 245	Nigeria	17 780	21	Pakistan	10 285	12	Gambia	8 015	10
Cyprus	2 105	Syria	910	43	Palestine	175	8	Vietnam	125	6
Latvia	330	Iraq	85	26	Vietnam	80	24	Ukraine	45	14
Lithuania	275	Ukraine	60	22	Georgia	45	16	Russia	35	13
Luxembourg	2 360	Syria	635	27	Iraq	545	23	Afghanistan	220	9
Hungary	174 435	Syria	64 080	37	Afghanistan	45 560	26	Kosovo*	23 690	14
Malta	1 695	Libya	895	53	Syria	395	23	Ukraine	70	4
Netherlands	43 035	Syria	18 640	43	Eritrea	7 390	17	Iraq	3 010	7
Austria	85 505	Afghanistan	24 840	29	Syria	24 720	29	Iraq	13 225	15
Poland	10 255	Russia	6 985	68	Ukraine	1 575	15	Tajikistan	525	5
Portugal	830	Ukraine	370	45	Mali	80	10	Pakistan	65	8
Romania	1 225	Syria	550	45	Iraq	190	16	Afghanistan	90	7
Slovenia	260	Afghanistan	45	17	Iraq	45	17	Iran	30	12
Slovakia	270	Iraq	170	63	Afghanistan	25	9	Ukraine	15	6
Finland	32 150	Iraq	20 400	63	Afghanistan	5 190	16	Somalia	1 975	6
Sweden	156 110	Syria	50 890	33	Afghanistan	41 190	26	Iraq	20 190	13
United Kingdom	38 370	Eritrea	3 735	10	Iran	3 680	10	Pakistan	3 245	8
Norway	30 470	Syria	10 535	35	Afghanistan	6 910	23	Iraq	2 935	10
Switzerland	38 060	Eritrea	9 860	26	Afghanistan	7 800	20	Syria	4 650	12

Number of first time applicants is rounded to the nearest 5. Calculations are based on exact data.

* Kosovo under UN Security Council Resolution 1244/99.

Fonte: EUROSTAT, 2016, p. 2.

Como mostra a tabela 1, requerentes de asilo provenientes da Síria representam 29% do número total, colocando a Síria em 2015, assim como em 2014, como o país com o maior número de cidadãos buscando asilo em Estados membros da União Europeia. Quase a metade desses cidadãos sírios (158.700) foram registrados na Alemanha, que é o país que atualmente mais recebe refugiados na Europa. O segundo país com maior número de requerentes de asilo é o Afeganistão, cujos cidadãos representam 14% do total, no entanto, seus pedidos de asilo foram registrados em sua grande maioria na Hungria e Suécia. O terceiro lugar fica com o Iraque, que representa 10% do total de requerimentos,

dos quais a maioria foi registrada na Alemanha (29.800), Finlândia (20.400) e Suécia (20.200) (EUROSTAT, 2016, p. 1).

Além disso, quase um milhão de requerimentos de asilo se encontram ainda com o status de pendente, ou seja, que ainda estão sob consideração das autoridades nacionais. Ao final de 2015, os requerimentos pendentes de pessoas buscando proteção internacional da União Europeia praticamente dobraram, indo de 489.300 em 2014 para 922.800. Desse total, 424.880, ou 46%, estão na Alemanha, seguida pela Suécia (17%) e pela Itália (7%) (Ibidem, p.5).

Todos esses números indicam que um fenômeno muito sério está ocorrendo e afetando não somente o Oriente Médio, mas o mundo. O terror que o Estado Islâmico tem gerado atravessa fronteiras, seja em forma de atentados, execuções, migração forçada ou na escravidão sexual de mulheres. O alto número de cidadãos sírios que buscam asilo não são, contudo, resultado exclusivo das atrocidades do Estado Islâmico, mas o fruto de um conflito sangrento que vem sendo travado na Síria envolvendo o presidente Bashar al-Assad, forças antigoverno e militantes do EI.

Civilians have always been the primary victims of violence in Syria. Women and children, men and boys, the elderly, persons with disabilities, are treated as legitimate targets by Government forces, anti-Government armed groups, extremists and terrorist organizations. Children have been indoctrinated and instrumentalised on a massive scale. The men and women who aid those wounded or in need of humanitarian assistance are systematically arrested, detained, tortured and killed. The symbol of the Red Crescent has ceased to be a shield of protection (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2015, p.1).

No Iraque, os combatentes do Estado Islâmico marcaram como alvo membros de comunidades muçulmanas que não são sunitas ou árabes, ou que são opositores ao regime que o EI impõe. De acordo com a Anistia Internacional, embora haja essa perseguição às minorias, a comunidade yazidi é a que se destaca por sofrer tratamento cruel, principalmente as crianças e mulheres (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014).

A forma de imigração que vem ocorrendo, porém, não é um caminho de salvação, mas uma decisão extremamente perigosa que envolve arriscar a própria vida, na maioria das vezes, encarando o mar num bote comandado por traficantes de pessoas, que cobram um preço altíssimo pela travessia. A Organização Internacional para Migração estima que 204.311 pessoas chegaram à Europa pelo mar mediterrâneo apenas em 2016, sendo que 2.443 morreram tentando. Quanto aos resgates, “cerca de 13.000 imigrantes

foram resgatados no Canal da Sicília entre segunda 23 de maio e domingo 29 de maio, levando ao total de resgatados até maio de 2016 a 47.600 homens, mulheres e crianças” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2016, p.1, tradução nossa).

Violência sexual

Conseguir escapar para tentar deixar seu país de origem nem sempre é possível. Como no caso da comunidade perseguida yazidi, centenas ou possivelmente milhares de pessoas foram sequestradas pelo Estado Islâmico em 2014 enquanto tentavam fugir da região de Sinjar, ao norte do Iraque, que estava sendo tomada pelo grupo. Os homens que não foram assassinados foram forçados a se converter ao islã, enquanto as mulheres mais jovens e as meninas foram separadas e vendidas:

Younger women and girls, some as young as 12, were separated from their parents and older relatives and sold, given as gifts or forced to marry IS fighters and supporters. Many have been subjected to torture and ill-treatment, including rape and other forms of sexual violence, and have likewise been pressured into converting to Islam (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014, p.4).

Essas meninas e mulheres foram dadas ou vendidas a combatentes ou apoiadores do EI, objetificadas e transformadas em moeda de troca. Os abusos que elas sofreram como estupro, tortura, escravidão sexual e outras formas de violência, abdução de sua comunidade e a imposição de outra religião constituem crimes de guerra e alguns até crimes contra a humanidade (Ibidem). Elas foram levadas à força do Iraque para a Síria e são mantidas como escravas sexuais, como conta Paulo Sérgio Pinheiro, presidente da “Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic”.

An alarming number of cases of sexual violence are still being committed inside Syria. Yazidi women and girls, abducted by ISIS in Iraq, are being sold and re-sold inside Syria, where they are held in sexual slavery. This terrorist group has brutally executed men accused of homosexuality by throwing them off tall buildings. Both ISIS and Jabhat al-Nusra have stoned women to death on charges of “adultery”. Men, boys, women and girls have been subjected to rape and sexual assault in Government detention facilities, in particular in the investigation branches of the Military Intelligence Directorate and prisons administered by the General Security Directorate in Damascus (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2015, p.1).

Uma das mulheres escravizadas que conseguiu fugir do EI, Nadia Murad, deu seu depoimento acerca do ataque em Sinjar e do tempo que passou como uma escrava sexual. Ela conta que seu vilarejo era um lugar tranquilo, onde os yazidis viviam em paz

com seus vizinhos, até o massacre promovido pelo EI. Primeiro, separaram cerca de 700 homens que foram baleados na hora, dentre eles, os irmãos de Nádia. Depois, levaram as crianças, que foram encaminhadas a um campo de treinamento, e as mulheres mais velhas, cujos corpos foram encontrados mais tarde numa vala comum. As mulheres mais jovens e meninas foram levadas de ônibus para Mossul, onde encontraram muitas outras meninas sequestradas, todas yazidi (BBC, 2016).

Nádia foi selecionada e levada por um homem, que a violentou e a manteve por três meses - maioria das mulheres era mantida por um dia ou até mesmo uma hora até ser trocada por outra. Quando questionou seu sequestrador do porquê faziam aquilo com seu povo, a resposta foi que “os yazidis são infiéis, não são um povo das Escrituras, são um espólio de guerra e merecem ser destruídos” (Ibidem, p.1). As esposas e famílias desses violadores aceitavam o que era feito com essas mulheres, transformadas em escravas sexuais; muitas não aguentaram o sofrimento e se suicidaram.

Ao tentar fugir pela primeira vez, Nádia foi capturada e castigada – foi colocada em uma cela e estuprada por todos os homens do complexo: “Fui estuprada em grupo. Chamam isso de jihad sexual” (Ibidem). Por sorte, sua segunda tentativa de escapar funcionou e ela conseguiu a ajuda de uma família muçulmana que não apoiava o EI para fugir e atravessar a fronteira usando um véu preto e um passaporte falso, com identidade islâmica. Tornou-se uma ativista que luta pelos yazidi, levando sua história para diferentes países, inclusive na ONU. Mas mesmo com tanta informação, nada aconteceu e milhares de meninas e mulheres continuam sob o poder do Estado Islâmico (Ibidem).

O Conselho de Segurança da ONU identifica a violência sexual como uma tática de terrorismo, que vem sendo usada não somente pelo EI, mas por outros grupos terroristas como o Boko Haram, como forma de atrair combatentes e de gerar rendimentos. É, ainda, uma “estratégia deliberada usada para destruir a estrutura social, para controlar e intimidar comunidades e forçar as pessoas a deixar suas casas”, assim como “uma ameaça à paz e segurança internacionais, uma séria violação do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos, e um grande impedimento para a reconciliação pós conflito e para o desenvolvimento econômico” (UN NEWS CENTRE, 2016, p.1, tradução nossa).

O fenômeno de escravidão sexual perpetrado pelo Estado Islâmico vai ainda mais além, ao que tudo indica seus combatentes então fazendo um comércio virtual de mulheres escravizadas a partir das redes sociais, principalmente do *Facebook*; o uso dessas redes é um meio de atrair recrutas pelo mundo e espalhar a propaganda do grupo terrorista. Em uma foto de uma mulher postada no perfil de um combatente consta a seguinte legenda:

“A todos os irmãos tentando comprar uma escrava, essa custa \$8.000” (WARRICK, 2016, p.1, tradução nossa). O mesmo homem postou outra imagem horas depois, de uma outra mulher: “Outra escrava, também por \$8.000. Sim ou não?” (Ibidem). O Facebook deletou as fotos e não ficou claro se o homem estava vendendo tais mulheres ou se estava comentando sobre a venda de outros combatentes, mas fica evidente que existe uma grande rede de tráfico de mulheres que vai desde a captura em sua terra, a emigração forçada e depois o comércio pelos mais diversos meios, inclusive pela internet.

Resistência

Existe uma tendência a enxergar as mulheres, em um contexto de conflito, como meras vítimas: viúvas, abusadas, mães desesperadas, mas muitas mulheres exercem um papel ativo durante conflitos armados, sejam como negociadoras pela paz, ou até combatentes: esse é o caso das combatentes curdas que lutam contra o Estado Islâmico. As mulheres curdas são um símbolo de resistência, elas participam do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) desde que foi fundado, assim como das guerrilhas.

To be Kurdish was banned, and for women social inequalities and discriminatory politics have severe impacts. In a patriarchal society with very strict gender roles, joining the PKK meant much more than liberating Kurdish people; it seemed a possibility for changing a reality where women had very limited rights, and were always treated as inferior to men. The educative element of the PKK, which specifically target patriarchal structures and ideologies, was an important element of attraction for women (MIRANDA, 2015, p. 26).

Os curdos têm lutado uma guerra incessante contra o Estado Islâmico ao mesmo tempo em que tenta resistir aos ataques da Turquia contra as bases do PKK. A Turquia tem assumido um papel de violência principalmente contra as mulheres militantes:

On August 10, Kurdish women and women’s rights groups in Turkey were shocked and enraged at an act of sexualized torture committed by Turkish police as photos of the corpse of a female Kurdish militant were leaked online. According to those who prepared her body for burial, it is likely that after she was shot, she was stripped of her uniform, dragged by the neck with a rope through town, and abandoned in the town square. Afterwards, she was photographed and the photos of her naked and bloodied corpse were purposely exposed online at an attempt to humiliate the Kurds - and especially Kurdish women (MIRANDA, 2015, p. 34).

De qualquer maneira, a YPJ (Unidade de Proteção às Mulheres), milícia formada por mulheres curdas dentro do movimento de resistência do Curdistão, tem lutado ao lado

dos companheiros masculinos, os YPG (Unidades de Proteção Popular) e dos Peshmerga ou “aqueles que enfrentam a morte”. Elas lutaram contra o Estado Islâmico e ajudaram no resgate de centenas de yazidis que estavam encurralados no Monte Sinjar em 2014, além de batalharem para resgatar Kobani do EI. Sabem que se forem capturadas serão violentadas e assassinadas, então lutam bravamente para não terem que se suicidar em caso de uma potencial captura. Mas elas não são as únicas a temer, os combatentes do EI acreditam que se forem mortos por uma mulher em batalha será uma desonra e serão proibidos de entrar no paraíso (THE KURDISH PROJECT, s/d).

Mas a resistência vai além: uma brigada de aproximadamente 123 mulheres, sendo que mais 500 estão aguardando treinamento, estão lutando ao lado dos combatentes curdos. Não se trata de mulheres quaisquer, mas de ex- escravas sexuais yazidi que fugiram do Estado Islâmico e que agora possuem três objetivos: vingança, recuperar Mossul e levar suas mulheres de volta para casa (WITHNALL, 2016). O grupo ficou conhecido como “Force of the Sun Ladies” (Força das Senhoras do Sol, em tradução livre) e mostrou sua força ao ajudar na recuperação de Sinjar, além de proteger a montanha. Essas mulheres são apenas algumas das yazidi capturadas pelo EI em 2014 no Monte Sinjar e que foram transformadas em escravas sexuais. Tragicamente a ONU acredita que ainda há cerca de 3.500 mulheres no poder do EI, sendo a maioria yazidi (Ibidem).

Freed from slavery and daily rape, trained by the Kurds and now fighting to defend their homelands, the Force of the Sun Ladies has become “an elite force and a model for other women in the region”, Captain Khider said. “Now we are defending ourselves from the evil; we are defending all the minorities in the region,” she said. “We will do whatever is asked of us” (WITHNALL, 2016, p.1).

Jurisdição internacional

Os crimes cometidos pelo Estado Islâmico vão além do ataque a um povo, de acordo com AMBOS (2015, p.1), “[d]ue to their quantitative and qualitative dimensions and their utter disregard for fundamental values, such crimes are directed not only against individual persons, but against humanity as a whole”. Desde que os tribunais ad hoc para a antiga Iugoslávia e para Ruanda foram formados, perdeu-se a necessidade da ligação com um Estado ao se tratar de crimes contra a humanidade, fazendo com que a culpabilidade pudesse assumir caráter individual. Essa nova forma de jurisdição se consagrou a partir da formação do Tribunal Penal Internacional em 1998, permitindo que os crimes contra a humanidade pudessem ser cometidos por atores não estatais.

Their traditional State-based rationale – punishing the representatives of the morally perverted State that uses its power against its own citizens without restraint – can be transferred to non-state actors. When these actors, like the so-called Islamic State (IS), send suicide assassins into a concert hall to execute innocent civilians, this reveals a level of moral perversion that is typical of crimes against humanity. That the perpetrators invoke God when doing so makes the matter even worse. Religiously motivated perpetrators of crimes against humanity not only deny their victims’ right to exist, but in doing so place themselves above us “unbelievers” as part of a supposedly divine mission; in fact, they act in the same manner as the crusaders they claim to be fighting against (AMBOS, 2015, p.1).

Os ataques ocorridos em Paris em 2015 constituem crime contra a humanidade pois representam um ataque sistemático direcionado a uma determinada população civil, a morte de mais de 100 pessoas constitui “assassinato”, o ataque foi premeditado e contra um grupo alvo, mas a jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre o grupo terrorista Estado Islâmico é um assunto controverso. O TPI recusou-se em abrir uma investigação preliminar sobre o EI alegando falta de jurisdição em abril de 2015, além do Conselho de Segurança da ONU não ter conseguido chegar a uma conclusão sobre o caso (Ibidem).

Primeiramente, foi indagado se seria possível usar a jurisdição sobre os membros do EI, considerando que alguns são nacionais de Estados Partes do TPI³, como da França e Alemanha, no entanto, os líderes são nacionais de outros Estados, como Síria e Iraque, que não fazem parte do Estatuto de Roma. Disso seguiu-se a questão da jurisdição territorial, considerando que o atentado ocorreu da França, o que gerou outro debate devido ao EI ser uma rede transnacional, sem território fixo, estando em sua maioria em um território que não faz parte do Estatuto. É claro que para alguns bastava que o ataque tenha ocorrido em território de um Estado Parte para estar na jurisdição do TPI. Além disso, o Conselho de Segurança da ONU poderia levar o caso ao TPI, que é uma outra maneira da Corte poder exercer sua jurisdição, porém precisaria do apoio de Estados que não fazem parte do TPI, mas que compõem o Conselho de Segurança, como os EUA, Rússia e China. (AMBOS, 2015).

Finalmente e recentemente, a ONU deu um grande passo ao reconhecer que o Estado Islâmico cometeu e tem cometido genocídio contra a minoria yazidi, além de crimes de guerra e crimes contra a humanidade ao emitir um relatório intitulado ““They came to destroy”: ISIS Crimes Against the Yazidis”, de autoria da Independent International Commission of Inquiry on Syria. Segundo consta,

³ Cf. Artigo 12 (2) (b) do Estatuto de Roma.

The genocide committed against the Yazidis has not primarily been accomplished through killings, though mass killings of men and women have occurred. Rather ISIS seeks to destroy the Yazidis in multiple ways, as envisaged by the drafters of the 1948 Genocide Convention. ISIS has sought, and continues to seek, to destroy the Yazidis through killings; sexual slavery, enslavement, torture and inhuman and degrading treatment, and forcible transfer causing serious bodily and mental harm; the infliction of conditions of life that bring about a slow death; the imposition of measures to prevent Yazidi children from being born, including forced conversion of adults, the separation of Yazidi men and women, and mental trauma; and the transfer of Yazidi children from their own families and placing them with ISIS fighters, thereby cutting them off from beliefs and practices of their own religious community, and erasing their identity as Yazidis. The public statements and conduct of ISIS and its fighters clearly demonstrate that ISIS intended to destroy the Yazidis of Sinjar, in whole or in part. (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2016, p. 36).

Quanto à escravidão sexual de mulheres e meninas yazidi, o relatório também afirma:

ISIS commits the crime of genocide against individual Yazidis, as na incremental step in their overall objective of destroying this religious community. This is the genocide accomplished through the destruction of a nine-year-old girl in a slave market, surrounded by men waving their bids; of a woman and children locked in a room, beaten and starved; of a little boy trained to kill his father. It is a genocide perpetrated by male fighters so ideologically enslaved that they believe that by committing some of the most horrific crimes imaginable, they are bettering the society in which they live.

Over 3,200 women and children are still held by ISIS. Most are held in Syria where Yazidi women and girls continue to be sexually enslaved and otherwise abused, and Yazidi boys, indoctrinated and trained. Thousands of Yazidi men and boys are missing. ISIS's trade in women and girls and its recruitment and use of boys have never ceased. The genocide of the Yazidis is on-going (Ibidem, p. 36-37).

A Comissão considera ainda que o TPI é o único que pode ter jurisdição sobre os crimes cometidos pelo Estado Islâmico contra os yazidis, no entanto, nem a Síria nem o Iraque fazem parte do Estatuto de Roma. Sendo assim, é preciso, como discutido anteriormente, que o Conselho de Segurança da ONU – frisando que todos os seus membros contraíram a Convenção para o Genocídio - encaminhe o caso ao Tribunal, considerando que houve uma tentativa em 2014 de formular uma Resolução que levasse o caso ao TPI, e a mesma foi vetada pela China e pela Rússia, não havendo outras tentativas desde então (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2016).

Além disso, segundo o relatório, não houve nenhuma iniciativa de se criar um tribunal ad hoc para julgar os crimes do EI contra os yazidis, levando à conclusão de que não há, ao menos no momento, um caminho na justiça criminal internacional que esteja livre para levar os crimes do EI para julgamento. O que resta são os procedimentos domésticos na tentativa de *accountability* pelos crimes cometidos, sendo essencial, porém, que os Estados envolvidos integrem as leis contra genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra em suas jurisdições domésticas.

Referências bibliográficas

AMBOS, Kai (2015). “The new enemy of mankind: The Jurisdiction of the ICC over members of “Islamic State””. In *Blog of the European Journal of International Law*. Disponível em: <<http://www.ejiltalk.org/the-new-enemy-of-mankind-the-jurisdiction-of-the-icc-over-members-of-islamic-state/>>. Acesso em 16/06/2016.

ANISTIA INTERNACIONAL (2014). “Escape from hell: torture and sexual slavery in Islamic State captivity in Iraq”. Disponível em: <https://www.amnesty.org.uk/sites/default/files/escape_from_hell_-_torture_and_sexual_slavery_in_islamic_state_captivity_in_iraq_-_english_2.pdf>. Acesso em 03/06/2016.

COCKBURN, Patrick (2015). *The rise of Islamic State: ISIS and the new Sunni revolution*. New York: Verso Books. Arquivo digital, disponível em: <<http://kropfpolisci.com/isis.cockburn.pdf>>. Acesso em 01/06/2016.

EUROSTAT (2016). “Asylum in the EU Member States. Record number of over 1.2 million first time asylum seekers registered in 2015. Syrians, Afghans and Iraqis: top citizenships”. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7203832/3-04032016-AP-EN.pdf/790eba01-381c-4163-bcd2-a54959b99ed6>>. Acesso em 01/06/2016.

FELDMAN, Noah (2008). *The fall and rise of the Islamic State*. Princeton: Princeton University Press.

HUMAN RIGHTS COUNCIL (2016). ““They came to destroy”: ISIS Crimes Against the Yazidis”. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/CoISyria/A_HRC_32_CRP.2_en.pdf>. Acesso em 17/06/2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (2016). “Mediterranean Migrant Arrivals in 2016: 204,311; Deaths 2,443”. Disponível em: <<http://www.iom.int/news/mediterranean-migrant-arrivals-2016-204311-deaths-2443>>. Acesso em 02/06/2016.

MILMAN, Luis (2004). “Origem dos movimentos islâmicos revolucionários”. In *Revista Espaço Acadêmico*, n. 35.

MUIR, Jim (2016). “Islamic State group: The full story”. In *BBC News*. Disponível em:

<<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35695648>>. Acesso em 24/05/2016.

THE KURDISH PROJECT. “YPJ: Women’s Protection Units”. Disponível em: <<http://thekurdishproject.org/history-and-culture/kurdish-women/ypj/>>. Acesso em 16/06/2016.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL (2015). “Statement by Mr. Paulo Sérgio Pinheiro Chair of the Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic”. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=15843&LangID=E#sthash.PErV6j1Y.dpuf>>. Acesso em 02/06/2016.

UN NEWS CENTRE (2016). “‘Justice may be delayed, but not denied’ Security Council told at debate on sexual violence in conflict”. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=54117#.V1b5wJErK01>>. Acesso em 07/06/2016.

WARRICK, Joby (2016). “ISIS fighters seem to be trying to sell sex slaves online”. In *The Washington Post*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/national-security/isis-fighters-appear-to-be-trying-to-sell-their-sex-slaves-on-the-internet/2016/05/28/b3d1edea-24fe-11e6-9e7f-57890b612299_story.html>. Acesso em 09/06/2016.

WITHNALL, Adam (2016). “Former Isis Yazidi sex slaves take up arms for revenge, to win back Mosul and ‘bring our women home’”. In *Independent*. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-yazidi-sex-slaves-take-up-arms-for-mosul-fight-to-bring-our-women-home-a6865056.html>>. Acesso em 09/06/2016.